

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

**A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO RURAL ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES E PATRONAIS**

BRUNO ALEXANDRE BRAGA

**DAVID GEORGE FRANCIS
(Orientador)**

Monografia apresentada ao Curso de
Agronomia, da Universidade Federal de
Uberlândia, para obtenção do grau de
Engenheiro Agrônomo.

Uberlândia – MG
Fevereiro – 2006

**A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO RURAL ENTRE AGRICULTORES
FAMILIARES E PATRONAIS**

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 24/ 02/ 2006

Prof. PhD. David George Francis
(Orientador)

Prof. Ms. Murilo Mendonça Oliveira de Souza
(Membro da Banca)

Prof. Gabriel José Barbosa
(Membro da Banca)

Uberlândia – MG
Fevereiro – 2006

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	04
2.	REVISÃO DE LITERATURA	07
	2.1. A Dinâmica da Agricultura Familiar e Patronal no Brasil	09
	2.2. A Dinâmica da Agricultura no Município de Monte Carmelo	11
3.	MATERIAL E MÉTODOS	14
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
	4.1. Nível Escolar dos Produtores Entrevistados	16
	4.2. Assistência Técnica Oferecida aos Produtores da Região	17
5.	CONCLUSÕES	22
6.	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	24

RESUMO

A comunicação rural representa o conjunto do fluxo de informações, que influenciam reciprocamente os componentes do meio e outros setores afetados pelo funcionamento da agricultura. Com a modernização rural marcada pela integração da agricultura ao complexo industrial, surgiu a ampliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação, buscando através disso educar e informar o homem do campo, assim como, fortalecer as relações campo-cidade. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar a eficiência dos sistemas de comunicação rural, com ênfase na assistência técnica. A primeira etapa do trabalho foi uma extensa revisão de literatura. A partir disto foram feitas as análises dos dados coletados, em Monte Carmelo, pelos integrantes do Centro de Pesquisa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de Uberlândia, no período 2001/2002. Este trabalho discutiu alternativas para melhorias do serviço de assistência técnica oferecido aos produtores rurais familiares. Entre elas destacam-se: o aumento do quadro de funcionários da EMATER, capacitação técnica, e estímulo as cooperativas.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação rural para Oliveira (1997) é o conjunto do fluxo de informações, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do meio, e entre eles e outros setores afetados pelo funcionamento da agricultura ou interessados na melhoria da qualidade de vida no campo.

No Brasil o processo de comunicação rural evoluiu intensamente com a modificação das bases produtivas da agricultura nacional a partir das décadas de 1950 e 1960 com o advento da Revolução Verde.

A partir da década de 1950, o setor rural brasileiro sofreu profundas transformações, onde, incentivado pelo Estado, esse modelo de produção gerou grandes mudanças nos métodos produtivos até então adotados.

A modernização introduzida, denominada “modernização conservadora”, caracterizou-se pela manutenção das grandes propriedades rurais além de intensificar o processo de concentração de terras. Destaca-se, juntamente a essa modernização, a introdução da “Revolução Verde” que, através da combinação de tecnologias químicas e

biológicas, associada à mecanização intensiva do campo, impulsionou a ocupação de fronteiras agrícolas e também aumento da produtividade (BERNARDO, 1999).

Segundo Graziano da Silva (1996), a modernização conservadora representou um processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir da importação de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.

Essas mudanças iniciaram-se na mesma época que surgiram discussões sobre o rumo a ser seguido pela indústria brasileira, sendo a agricultura considerada um empecilho ao desenvolvimento industrial.

Como as técnicas agrícolas tradicionais, ofertavam uma baixa quantidade de alimentos e matérias-primas para os centros urbanos e, além disso, demandavam uma pequena quantidade de insumos agrícolas foram se tornando incompatíveis com as necessidades de ampliação da indústria emergente.

A intervenção do Estado alterou as relações de produção, transformando os proprietários agrícolas em empresários capitalistas, dessa forma a concentração das terras não mais se constituiu num “empecilho” ao aumento da produção e da produtividade.

Com este processo de modernização as necessidades para o desenvolvimento industrial foram sendo atendidas, possibilitando um aumento no fornecimento de matérias-primas e alimentos para a indústria, e para a população urbana, juntamente com o aumento da demanda de insumos agrícolas.

No período antecedente, a disponibilidade e a transferência de tecnologia foi bastante limitada, o que era condizente com o sistema de comunicação fundamentalmente pessoal, no qual predominava troca de experiências de forma verbal, principalmente entre familiares e vizinhos.

Com a modernização rural marcada pela integração da agricultura ao complexo industrial, surgiu a ampliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação, buscando através disso educar e informar o homem do campo, assim como, fortalecer as relações campo-cidade.

O produtor deve estar atento às modificações, que são constantes e os meios de comunicação têm o papel de apresentar essas informações. Sobre esta questão Araújo (1994) destaca que comunicar com o mercado rural é comunicar com a diversidade. Sendo assim, o principal objetivo da comunicação rural seria o de levar informações estruturadas ao produtor rural, de forma a integrá-lo, de forma competitiva ao ambiente econômico e permitir o seu desenvolvimento como agente econômico, sem esquecer os problemas do pequeno produtor e da agricultura de subsistência.

Nesse sentido, percebemos que a agricultura familiar é um tema de grande relevância para nossa sociedade. Esta forma de agricultura usada para subsistência é uma das mais antigas atividades do homem, sendo também uma estrutura capaz de produzir riquezas.

Com base nessas observações, percebemos o motivo pelo qual os meios de comunicação tentam se adequar a cada nicho de mercado.

Assim este estudo teve a finalidade de investigar a eficiência dos sistemas de comunicação rural, com ênfase na assistência técnica. Neste sentido, foi proposto apontar as limitações em receber e adotar novas técnicas de produção tanto pelos produtores familiares, quanto pelos patronais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Altieri (1998), a Revolução Verde foi um ideário produtivo proposto e implementado nos países centrais após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era aumentar a produção e a produtividade das atividades agropecuárias, assentando-se, para tanto, no uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, expansão dos sistemas de irrigação e, também, na intensa mecanização das ações produtivas.

Nesta etapa de transformação da agricultura a radiodifusão exerceu um papel de importância fundamental. Talvez pela acessibilidade econômica e pela facilidade de transmissão, esse recurso tenha sido a mola propulsora da comunicação rural no Brasil. De alcance popular o rádio teve seu auge através da Radiobrás, com programas dirigidos ao meio, assim como os de músicas regionais, radio novelas e noticiários. Posteriormente, com o advento da televisão, a população urbana começa a conhecer melhor o meio rural através da veiculação de imagens, o que até hoje assegura a nostalgia relativa à zona rural, que fica

na memória de uma população que vive em situação precária e freqüentemente sem emprego no meio urbano (RADIOBRAS, 2002).

É importante destacar, que a população brasileira passou por um intenso processo de êxodo rural em função do aumento dos índices de automação nas empresas, liquidando mais postos de trabalho. Este processo conhecido como “desemprego estrutural” ocorreu também no campo, após a modernização. Assim, aliado a sedução da vida urbana contribuiu para a saída do homem do campo para as cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2001).

Um dos esforços realizados no intuito de usar a comunicação como uma ferramenta de desenvolvimento para o meio rural foi à criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural, a EMBRATER em 1975. Atualmente, este trabalho é mantido em Minas Gerais pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, autarquia responsável por esses serviços junto à população rural e recentemente, com atenção especial para os pequenos produtores. O trabalho destas empresas teve como referência o sistema Farm Security Administration de 1930 dos Estados Unidos, um modelo que tinha como base os sistemas de difusão/adoção desenvolvido por um técnico, uma professora e um veículo utilitário, e utilizando recursos materiais (folhetos, cartazes, álbum seriado) no intuito de levar novas técnicas de produção, através de um processo educativo, nos locais mais ermos (EMATER, 2002).

No âmbito do processo de comunicação, o planejamento precisa estar relacionado com a realidade do público ao qual se pretende alcançar. Neste sentido, a diferenciação da agricultura familiar da agricultura patronal é fator relevante.

2.1. A Dinâmica da Agricultura Familiar e Patronal no Brasil

Os estabelecimentos brasileiros, tipicamente familiares, se distribuem em 25% das terras, com área em torno de 100 milhões de hectares (ha) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - FAO/INCRA, 1996).

De acordo com a FAO/INCRA (1996) destacam-se entre os agricultores familiares, três categorias segundo o estágio de desenvolvimento tecnológico de sua propriedade e de seu perfil sócio-econômico. Primeiramente temos os Consolidados, constituídos por estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas. A maioria funciona em padrões empresariais. A área média desses estabelecimentos é de 50 ha, ocupando este segmento 75 milhões de hectares no território nacional. Em segundo, os de Transição que são os estabelecimentos com acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica e de mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais; embora não estejam consolidadas como empresas, possuem amplo potencial para sua viabilização econômica. Estas propriedades nem sempre possuem capital próprio e são muito castigadas pelas políticas agrárias. A última categoria é formada pelos Periféricos, que são os estabelecimentos rurais geralmente desestruturados e sua integração produtiva à economia nacional dependem de fortes programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização e comercialização.

A mesma fonte mostra que os estabelecimentos patronais representam menos de meio milhão, e com área média de 600 ha. A agricultura patronal no Brasil, de acordo com

a FAO/INCRA (1996), abrange cerca de 10% dos estabelecimentos rurais do país e suas principais características são a real propriedade dos meios de produção, mão-de-obra contratada e mobilidade de capital. A produção é em larga escala e com uso de tecnologias. A Tabela 1 apresenta diferenças entre o modelo patronal e familiar de produção.

Tabela 1. Principais diferenças entre o modelo patronal e familiar de produção

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologia dirigida à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/INCRA, 1996.

Apesar dos produtores patronais disporem do triplo da área dos produtores familiares, os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA demonstram que mais de 50% da produção total de importantes alimentos consumidos no Brasil como a mandioca, a cebola, o feijão, os suínos, o leite, o milho, e a uva são produzidos pela agricultura familiar. Ela tem ainda participação superior a 90% na produção total de fumo do Brasil e, ultrapassa 40% da produção total de aves/ovos.

2.2. A Dinâmica da Agricultura no Município de Monte Carmelo

O município de Monte Carmelo está situado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, MG. A cidade possui o total de 1321 Km² e tem como limites os municípios de Douradoquara e Abadia dos Dourados ao norte; Coromandel e Patrocínio à leste; Grupiara, Estrela do Sul e Romaria à oeste e o município de Iraí de Minas ao sul. A população do município encontra-se distribuída de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição da população no Município de Monte Carmelo-MG, 1996

POPULAÇÃO	Nº DE HABITANTES	%
URBANA	33.592	84,08
RURAL	6.360	15,92
TOTAL	39.952	100,00

Fonte: EMATER, 1999.

Os dados da EMATER (1999) mostram que aproximadamente 84% da população de Monte Carmelo vive dentro da Zona Urbana, enquanto apenas 16% da população é tipicamente rural. Porém, nesta cidade, um grande número de pessoas que habitam a área urbana realiza ou depende de atividades ligadas à área rural do Município. Exemplos disto são alguns feirantes e produtores patronais que por motivos de facilidade moram dentro da cidade apesar de obterem sua renda através de atividades desenvolvidas em suas propriedades rurais.

Dentre a população rural deste município, existe um total de 1.067 produtores, distribuído sem propriedades com áreas de diversas dimensões, conforme apresenta a Tabela 2.

Tabela 2. Estrutura Fundiária do Município de Monte Carmelo-MG, 1999

TAMANHO DA PROPRIEDADE	Nº DE PROPRIEDADES	%	ÁREA(ha)
MENOS DE 1ha	20	1,87	5
1 a 2 ha	4	0,37	5
2,1 a 5 ha	39	3,65	143
5,1 a 10 ha	96	9,00	758
10,1 a 20 ha	143	13,40	2.181
20,1 a 50 ha	286	26,80	9.499
50,1 a 100 ha	192	17,05	13.943
100,1 a 200 ha	140	13,12	19.321
200,1 a 500 ha	118	11,05	35.015
500,1 a 1000 ha	18	1,69	11.1
ACIMA DE 1000 ha	11	1,03	12.628
TOTAL	1.067	100,00	104.607

Fonte: EMATER, 1999.

A Tabela 2 demonstra que a maioria das propriedades rurais de Monte Carmelo, 72,14% do total das propriedades, possuem áreas menores ou iguais a 100 hectares (ha).

Estes levantamentos feitos pela EMATER mostram que a população do município se concentra mais no meio urbano do que no rural e ainda que, a maior parte dos agricultores da cidade tem propriedades pequenas e médias.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A primeira etapa do trabalho consistiu em realizar uma extensa revisão de literatura em que a conceituação dos termos utilizados foi feita dentro do contexto da comunicação rural.

Posteriormente foi utilizado um questionário, que tinha sido elaborado pelos integrantes do Centro de Pesquisa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de Uberlândia. Vale ressaltar que o presente trabalho deu continuidade a algumas questões levantadas pelo aluno Wanderson Adriano Biscola Pereira em sua monografia intitulada “Agricultura Sustentável e Agroecologia: um Estudo Comparativo entre os Produtores Patronais e Familiares do Município de Monte Carmelo – MG”. Ambos os trabalhos utilizaram a mesma amostra de produtores para a pesquisa.

Os questionários refletiam dados de uma amostra de produtores rurais, patronais e familiares, que haviam sido aleatoriamente selecionados em todas as localidades do município de Monte Carmelo, pelos integrantes do Centro de Pesquisa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural, no período de 2001 a 2002. Estes dados foram utilizados devido

ao fato deste município apresentar produtores que se enquadram ao perfil proposto pela pesquisa.

As informações coletadas proporcionaram a compreensão dos conhecimentos e das opiniões dos produtores do município em estudo. Um modelo era fechado, o entrevistador tinha marcado o item da questão que mais representava o pensamento do produtor estudado, sendo obtido dessa maneira respostas diretas. O outro modelo era aberto, as respostas foram de forma discursiva, ou seja, mais detalhadas, necessitaram, portanto, de uma interpretação dos dados obtidos.

Ao todo, eram 91 questionários, 62 preenchidos com agricultores familiares e 29 com agricultores patronais. Sendo este número representativo do universo de produtores do município de estudo.

Com a análise das entrevistas conseguiu-se dados relevantes sobre os agricultores estudados, abrangendo aspectos característicos dos veículos de comunicação, dentro e fora da propriedade rural.

Após análise dos dados, foi realizada a organização dos mesmos, de acordo com as características dos produtores. Com a conclusão do trabalho, todo material produzido foi reunido no banco de dados, do Centro de Pesquisa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de Uberlândia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com intuito em entender a eficiência dos sistemas de comunicação rural será iniciada a discussão do trabalho com a análise do nível escolar dos produtores agrícolas entrevistados.

4.1. Nível Escolar dos Produtores Entrevistados

Quanto à escolaridade, verifica-se pela Tabela 3, que os produtores patronais apresentam um índice de apenas 3,45% com ensino superior. Situação ainda pior é a dos produtores familiares que não apresentaram integrantes com formação superior. Em relação ao ensino médio a pesquisa demonstrou que 13,79% dos produtores patronais o concluíram, contra 3,22% dos agricultores familiares. Números que demonstram que apesar do baixo grau de instrução dos produtores patronais, este ainda é superior aos apresentados pelos produtores familiares. Nesse sentido, a inserção educacional de ambos os produtores deve ser priorizada pelas políticas oficiais. Uma boa opção para o agricultor e sua família, é que,

juntamente com a sua formação para o trabalho, haja um processo educativo que lhe permita a inserção social.

Tabela 3. Escolaridade dos produtores patronais e familiares entrevistados, do município de Monte Carmelo-MG

ESCOLARIDADE		PATRONAIS		FAMILIARES	
GRAU		Nº	%	Nº	%
ENSINO	Incompleto	17	58,62	43	69,35
	Fundamental				
	Completo	-	-	01	1,62
	Incompleto	-	-	-	-
	Médio				
	Completo	04	13,79	02	3,22
	Curso Superior	01	3,45	-	-
	Nunca Estudou	01	3,45	05	8,06
	Não respondeu	06	20,69	11	17,75
TOTAL		29	100,00	62	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo 2001/2002.

4.2- Assistência Técnica Oferecida aos Produtores da Região

Este item analisa se os produtores familiares e patronais possuem condições que possibilitem uma dinâmica de aprendizagem e a melhoria das técnicas agropecuárias, papel desempenhado pela assistência técnica. A Tabela 4 demonstra que tanto os produtores familiares quanto os patronais entrevistados recebem assistência técnica. Enquanto 79,32%

dos produtores patronais a recebem, apenas 62,90% dos produtores familiares tem este acompanhamento técnico.

Tabela 4. Assistência técnica aos produtores patronais e familiares entrevistados, do município de Monte Carmelo-MG, 2001/2002

ASSISTÊNCIA TÉCNICA	PATRONAIS		FAMILIARES	
	Nº	%	Nº	%
Sim	23	79,32	39	62,90
Não	4	13,79	21	33,87
Não respondeu	2	6,89	2	3,23
TOTAL	29	100,00	62	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo-2001/2002.

As diferenças encontradas entre os produtores diferem estatisticamente, mostrando que os produtores patronais possuem mais acesso a fontes de assistência técnica.

Este resultado demonstra a necessidade de elaboração de projetos para que a assistência técnica chegue até os agricultores familiares na mesma proporção que na agricultura patronal. Essa desigualdade é um problema encontrado pelos familiares no campo e contribui para sua exclusão social.

Os produtores familiares têm maiores dificuldades para obtenção de solução de seus problemas por terem menos acesso a assistência. Assim, muitas vezes, baseiam-se nos seus conhecimentos históricos, herdados de pai para filho através de gerações, e este conhecimento muitas vezes não é suficiente para melhorar a produção ou a qualidade de seus produtos, o que dificulta o desenvolvimento dos mesmos.

Nesse sentido a promoção de eventos agropecuários, tais como: feiras científicas, cursos de capacitação, campanhas educativas e exposições agropecuárias poderiam contribuir para que a informação técnica chegasse até ambos os produtores contribuindo para o êxito dos mesmos no setor agrícola.

A assistência técnica é extremamente importante para promover o desenvolvimento sustentável dos produtores, entretanto para funcionar deve ser adequada à condição de cada produtor, mostrando-lhes como se desenvolver utilizando inicialmente o que possui na propriedade e posteriormente realizar investimentos.

Identificada essa diferença percentual entre os tipos de produtores que recebem assistência técnica é importante analisar as fontes responsáveis por levar a mesma aos produtores.

A Tabela 5 demonstra a importância que a EMATER e as cooperativas têm na assistência técnica dada aos produtores rurais entrevistados. Dentre os produtores familiares a EMATER é principal responsável pela assistência técnica, 48,39 % dos mesmos a recebem, pois priorizar a agricultura familiar é o foco de ação da empresa.

Já dentre os produtores patronais as cooperativas são as maiores fornecedoras de assistência técnica, pois atinge 48,29% destes produtores. Essas formas de organização sejam elas associações ou cooperativas necessitam de atenção especial visto sua importância para a agricultura patronal. Além disso, é importante salientar que somente 12,90% dos produtores familiares entrevistados são assistidos pela assistência técnica das cooperativas. Estes números demonstram que as mesmas são também uma alternativa para fortalecer os agricultores familiares, mas que se encontra sem estímulos para tal.

Quanto à participação de empresas privadas na assistência dos produtores, verifica-se que os patronais possuem um acesso mais fácil às mesmas, devido suas condições e a sua produção. Nesse sentido, atenção deve ser dada a participação do setor privado na prestação de assistência técnica ao agricultor familiar devido a sua potencialidade para produzir.

Tabela 5. Entidades que oferecem assistência técnica aos produtores patronais e familiares entrevistados, do município de Monte Carmelo-MG, 2001/2002

ENTIDADE	PATRONAIS		FAMILIARES	
	Nº	%	Nº	%
ASSISTENCIALISTA				
EMATER	1	3,45	30	48,39
COOPERATIVA	14	48,29	8	12,90
EMPRESA PRIVADA	8	27,58	1	1,61
ASSOCIAÇÃO	-	-	-	-
NÃO RECEBEM	4	13,79	21	33,87
NÃO RESPONDERAM	2	6,89	2	3,23
TOTAL	29	100,00	62	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo-2001/2002.

Observa-se na Tabela 5 que as associações rurais não fornecem assistência técnica aos produtores rurais entrevistados. Os resultados mostram que estas associações precisam se desenvolver mais, buscando novas alternativas. Esta forma de organização precisa de apoio para atender as novas exigências do mercado, além disso, necessita também de união e integração entre seus associados, para que seus problemas sejam resolvidos por eles

mesmos, e para que os produtores consigam se fortalecer e ganhar espaço dentro de um mercado mais competitivo.

As diferenças encontradas entre a assistência recebida pelos agricultores familiares e os patronais foram bastante significativas. Mostrando uma grande diferença no comportamento dos produtores entrevistados.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de aprimorar a integração e o inter-relacionamento que deve existir entre produtores e entidades assistenciais. Para que estas levem informações estruturadas ao produtor rural, de forma a integrá-lo, de forma competitiva ao ambiente econômico e ao mesmo tempo priorizando a sustentabilidade rural (a sustentabilidade rural é o enfoque do Centro de Pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade Rural, mas não foi discutida no atual trabalho).

5. CONCLUSÕES

A Comunicação Rural deve ser analisada em relação à diferença entre os produtores familiares e patronais, considerando os estágios de desenvolvimento tecnológico de suas propriedades e seus perfis sócio-econômicos.

As análises dos tipos de recebimento de informações entre eles mostram que os agricultores familiares recebem menos assistência técnica, sendo que, enquanto a Emater é a principal responsável em levar assistência aos produtores familiares, as cooperativas se sobressaem na agricultura patronal. Portanto, uma alternativa para que a assistência técnica chegue até os agricultores familiares na mesma proporção que na agricultura patronal seria o aumento do quadro de funcionários da EMATER e ao mesmo tempo a capacitação dos mesmos para que possam suprir a demanda dos produtores familiares. Outra alternativa, seria o estímulo as cooperativas já que apenas uma minoria de produtores familiares contam com seus serviços.

Atualmente temos ainda a disposição uma vasta gama de canais de informação. Além dos tradicionais, como assistência técnica, também há novos recursos. Dentre estes, temos as exposições, publicações de fabricantes e agroindústrias, dias de campo, reuniões técnicas nas propriedades, palestras e depoimentos. Todas as opções apresentadas pelos canais de comunicação rural são úteis para a melhoria do cenário agrícola.

Em relação ao fluxo de informações da comunicação rural, deve ser considerado nessa análise que os produtores patronais têm maior nível de escolaridade. E ainda, que possuem mais acesso a fontes de assistência técnica. Há, portanto, necessidade de elaboração de projetos para que a educação e assistência cheguem até os agricultores familiares na mesma proporção que na agricultura patronal.

Nesse sentido, o Brasil teria condições de desenvolver, ao lado da tradicional agricultura de monocultura de latifúndio, uma agricultura que promova maior desenvolvimento social, baseada na propriedade familiar.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ARAÚJO, José Geraldo. Anais 1. **Seminário de Comunicação Rural**. Viçosa, 1994.

BERNARDO, L. T. **A importância das políticas públicas na busca do desenvolvimento sustentável**. Uberlândia: UFU, 1999. 89p. (Relatório de Pesquisa).

BORDENAVE, Juan Diaz e outros. **Comunicação e desenvolvimento rural**. São Paulo, ECA/USP, 1972.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRAGA, Geraldo Magela & KUNSCH, Margarida M. Krohling (org). **Comunicação rural: discurso e prática**. Viçosa/MG, Imprensa Universitária, 1993.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org). **Comunicação rural e o novo espaço agrário.**

São Paulo, Intercom, 1999.

CHAMBERS, R.; GHILDYAL, B. P. Agricultural research for resource-poor farmers: the farmer first and last. **Agri. Admin.**, v. 20, p. 56 – 67, 1985.

CORREIA, Jacinta Castelo Branco. **Comunicação e capacitação.** Brasília, Iattermund, 1995.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti & KUNSCH, Margaria M. Krohling. (org)

comunicação e meio ambiente. São Paulo, Intercom, 1996.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL. Disponível em:

<<http://www.emater.mg.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2002.

EMBRAPA. **Política de comunicação.** Brasília, Embrapa, 1996.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2.

ed. São Paulo: Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília.

FAO/INCRA, ago. 1996. (Projeto UTF/BRA/036).

FLORES, M. X. *et alii*. Pesquisa para a agricultura auto-sustentável. **Revista de Economia e Sociologia. Brasília**, v. 29, n. 1, p. 1-21, jan / mar. 1991.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo, Loyola, 1985.

FRIEDRICH, Odilo Antonio. *Comunicação rural*. 2^a ed. Brasília, Embrater, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2001.

KEARL, Bryant E. **Comunicação para o desenvolvimento agrícola**. Brasília, Embrapa, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o Impossível Diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 173.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba/SP, Unimep, 1998.

MEGIDO, J.L.; XAVIER, C. **Marketing & Agrobusiness**. São Paulo Atlas, 1993.

MENDES, T. L.; ALMEIDA, L. A. M.; FRANCIS, D. G. A importância e o potencial dos meios de comunicação em massa na difusão de tecnologias e informações para o homem do campo. **Revista Veterinária Notícias**. Universidade Federal de Uberlândia, v. 5, n. 1, 1999.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1997.

RADIOBRAS. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2002.

SILVEIRA, Miguel Ângelo da & CANUTO, João Carlos. (org) **Estudos de comunicação rural**. São Paulo, Intercom/Loyola, 1988.

USDA (United States Department of Agriculture). **The basic principles of sustainable agriculture**. Washington, D.C. USDA, 1991.

VEIGA, J. E. Problemas da Transição à Agricultura Sustentável. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol.24, n.º especial, 1994.